



ADAUTO FREIRE DA CRUZ

FILIAÇÃO: Olívia Freire da Cruz e Manoel Freire da Rocha

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 15/2/1924, Bananeiras (PB)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: comerciante

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Ligas Camponesas

DATA E LOCAL DE MORTE: 13/5/1979, entre Rio de Janeiro e Teresópolis (RJ)

BIOGRAFIA¹

Nascido na Paraíba, Adauto Freire da Cruz era filho de camponeses. Começou a trabalhar aos 12 anos de idade, em uma indústria de artefatos de couro. Também foi operador de cinema nos municípios de Guarabira, Campina Grande e João Pessoa (PB). Atuou como pequeno fabricante de tintas e como ambulante, vendendo produtos de couro.

Teve seu primeiro contato com a literatura marxista em 1946 e, no ano seguinte, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB).² Em 1948, participou das lutas grevistas lideradas pelos trabalhadores da construção civil na cidade de Campina Grande (PB). Em 1949, esteve presente nas greves dos operários têxteis de Rio Tinto (PB) e, em 1952, na luta pelo abono de Natal. Foi preso três vezes: em 1948, por ocasião da greve; em 1951, quando panfletava na porta de uma fábrica; e em 1956, por participação em “atividades comunistas”.

Casou-se pela primeira vez com Priscila Freire de Lima, com quem teve cinco filhos: Neusa, Edileusa, José, Olena e Heloísa. Em 1959, casou-se pela segunda vez com Terezinha Rodrigues de Araújo Freire, que conheceu em João Pessoa (PB). Mudaram-se para Recife (PE), onde Adauto abandonou o comércio e passou a dedicar-se unicamente às atividades políticas.

Foi secretário de organizações de base e de organização municipal do partido.

Foi secretário do Comitê Estadual do PCB no estado da Paraíba e, em 1961, foi à Cuba com vistas a realizar treinamento de guerrilha. No ano seguinte, desligou-se do PCB e tornou-se membro da Direção Nacional das Ligas Camponesas. Em 1963, passou a viver com Delzuíte da Costa Silva, sua terceira esposa, com quem teve dois filhos: João Luiz e Mariana. Em 1964, assumiu o posto de “lugar-tenente” de Francisco Julião.

Após o golpe militar, de abril de 1964, Adauto mudou de nome e passou a viver na clandestinidade com nova identidade: Celestino Alves da Silva. Foi indiciado e mudou-se para o Rio de Janeiro. Morreu aos 55 anos de idade, depois de ter sido detido pela Polícia Militar, espancado e sofrido um infarto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 10 de dezembro de 1996 e 10 de abril de 1997, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) indeferiu o requerimento apresentado por duas vezes pela família de Adauto Freire da Cruz, por não ter ficado clara a relação da sua morte com a repressão. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Adauto Freire Cruz morreu em 13 de maio de 1979. Foi surpreendido pela Polícia Militar em uma viagem de ônibus para Teresópolis. Estava acompanhado de sua esposa, Delzuíte, e voltavam de uma reunião pela anistia ampla, geral e irrestrita realizada no Rio de Janeiro. Ambos estavam no interior de um ônibus Niterói-Teresópolis, que foi parado em uma blitz. O casal transportava material de propaganda da campanha pela Anistia, e, no momento em que o ônibus foi parado pela polícia, não teve tempo de esconder os panfletos. Os policiais entraram no coletivo e pediram a Adauto os seus documentos de identificação. Quando Adauto respondeu que os havia esquecido, os policiais jogaram-no para fora do ônibus e o agrediram. Os panfletos foram encontrados pelos policiais. Com as agressões, Adauto começou a respirar com dificuldade, seus lábios ficaram roxos e ele parou de falar. Segundo relato de sua esposa, ele sofreu um infarto. Na certidão de óbito, conta que a causa da morte esteve relacionada a “infarto do miocárdio”.

Documentos anexados ao processo de Adauto Freire na CEMDP confirmam a relação de Adauto com a militância no PCB e nas Ligas Camponesas.

Mais recentemente, pesquisas realizadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificaram documento do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) que comenta artigo publicado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de 19 de dezembro de 1979. O autor do artigo afirma ter escondido, “durante 15 anos, um dos mais importantes lí-

deres das Ligas Camponesas, com passagem por Cuba e responsabilidade militar no movimento guerrilheiro que Francisco Julião pensava conduzir nos idos de 1962: Adauto Freire, recentemente falecido com outro nome”.

Além do fato de a certidão de óbito de Adauto Freire ter sido registrada com o nome de Celestino Alves da Silva, a certidão de nascimento de Mariana, filha de Adauto com Delzuíte, declara que o nome do pai é Celestino Alves da Silva. Mariana e seu irmão, João, estavam no ônibus no momento em que Adauto Freire morreu. Segundo relato à CEMDP, os dois confirmaram que o corpo de Adauto foi enterrado em um cemitério em Teresópolis, mas não souberam dizer se os restos mortais permanecem no local. A família, especialmente os filhos de Adauto com Delzuíte, solicitam ao Estado brasileiro que o nome de Adauto conste na sua certidão de óbito e na certidão de nascimento de Mariana. Além disso, solicitam que seja reconhecida a relação entre a morte de Adauto e a perseguição política que vinha sofrendo.

Em audiência à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (Recife/PE) em 1995, Delzuíte da Costa Silva disse que Adauto Freire foi sepultado em 1979, em Teresópolis (RJ), com o nome de Celestino Alves da Silva. Segundo o relato de Delzuíte, ela enterrou o marido com nome falso porque “estava com medo da repressão”.

LOCAL DE MORTE

Rua Judith Maurício de Paula, nº 40, Teresópolis, RJ.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 1-264.	Processo nº 0814811541R22, 10/12/1996.	CEMDP.	Apresenta a trajetória política de Adauto, sua passagem pelo PCB e pelas Ligas Camponesas e as circunstâncias de sua morte, tendo em anexo uma série de manuscritos do militante sobre a conjuntura político-social do Brasil.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 10-12.	Individual datiloscópica com fotografias de Adauto Freire, impressões digitais e informações pessoais, 4/5/1956.	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.	Evidencia que Adauto foi fichado pela polícia já em 1956 em função de sua militância no PCB.
Arquivo Nacional, CSN Divisão de Inteligência – Depto de Polícia Federal – DI/DPF: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0037A_0017_d0001de0001, pp. 1-3.	Informação nº 18, 4/6/1971.	CISA.	Divulga o envolvimento de Adauto Freire com a militância política, assumindo posição de liderança no movimento das Ligas Camponesas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, pp. 13-15.	Declaração de Terezinha Rodrigues de Araújo Freire, ex-mulher de Adauto, de 29/5/1964.	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.	Apresenta a trajetória política de Adauto no período em que eram casados.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0002_000, p. 216.	Declaração de Marilene de Souza Conrad, amiga da vítima, 25/11/1996.	CEMDP.	Narra que, quando voltaram de um evento político pela anistia em 1979 no Rio de Janeiro, decidiram fazer uma reunião de avaliação e que, junto com Adauto e Delzuíte, perceberam que estavam sendo seguidos. Mudaram seu itinerário, já que estavam com panfletos da Campanha pela Anistia. Tomaram o ônibus Niterói-Teresópolis, mas mesmo assim continuaram sendo seguidos, até serem interceptados por policiais no meio da estrada. Adauto teria morrido durante o conflito, de parada cardíaca, segundo a informação de sua esposa. A família preferiu guardar sigilo, pois temiam pela segurança da companheira e dos filhos de Adauto.
Brasil Nunca Mais Digital – MPF_BNM_03, Projeto Brasil Nunca Mais 201 a 300, Pasta BNM_279, pp. 2285, 2288, 5381, 5391.	Inquérito Policial Militar (IPM), 20/5/1965.	I Exército/709.	Relata o depoimento do indiciado José Lira Alves Sobrinho, conhecido de Adauto Freire pela militância conjunta no PCB.
<i>Folha de S. Paulo.</i>	“Comissão quer abrir arquivos militares”, por Vandek Santiago, 8/8/1995.	<i>Folha de S. Paulo – UOL.</i>	Apresenta informações sobre audiência ocorrida em Recife com participação de Delzuíte, na qual ela afirma que enterrou os restos mortais do marido, registrando o óbito com o nome falso.
<i>Diário de Pernambuco</i> digital.	Filhos do golpe, produzido pelo <i>Diário de Pernambuco</i> em série de reportagens sobre os 50 anos do Golpe.	Relato em vídeo de Mariana da Costa Silva (filha de Adauto) produzido pelo <i>Diário de Pernambuco</i> .	Relata que o pai foi espancado pela polícia e jogado para fora do ônibus. Em seguida, sofreu um infarto. Afirma que sua mãe estava grávida e perdeu a criança uma semana após o parto. Corroborar a versão de que seu pai foi enterrado como Celestino e pede que a Justiça reconheça-o como Adauto tanto na certidão de óbito quanto em sua própria certidão de nascimento.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Aduino Freire da Cruz foi morto em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação do nome de Aduino Freire da Cruz em sua certidão de óbito e na certidão de nascimento de Mariana da Costa Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.

1 – PALMEIRA, Moacir; CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo. Brasil: 1962 – 1985, camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Direitos Humanos, 2010, pp. 59-61.

2 – Fundado em 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil e a sigla PCB, no início dos anos 1960, em função da possibilidade de legalização e para evitar provocações, o partido trocou o nome para Partido Comunista Brasileiro, de forma a enfatizar o caráter nacional do Partido.